



Islamic Imperialism: A History

Efraim Karsh

New Haven and London: Yale University Press,

2006, 288 pp.

ISBN: 0300106033 / 978-0300106039

O Islão foi sempre imperial

Há um conjunto de “verdades” quase crónicas que as opiniões públicas e muitas elites políticas ocidentais aceitam e proclamam numa ode ao politicamente correcto. Sobretudo desde os ataques de 11 de Setembro de 2001 e com o advento da falácia do “choque civilizacional”, o Islão tem sido um dos temas predominantes em debate, não só nos meios académicos como em qualquer fórum de discussão política. Com esta centralidade, convergem de uma forma geral diversas teses que colocam a culpa da crispação muçulmana na acção das antigas potências coloniais, chegando-se mesmo a legitimar esse comportamento vitimizador em diversas acções de carácter subversivo das liberdades alheias, leia-se terrorismo. Convém recordar que, não há muitos meses, ecoou em Trafalgar Square o grito “We are all Hezbollah”, vindo de muitos quadrantes fora das minorias muçulmanas radicadas em Londres.

Este léxico é abundante não apenas nos países em questão, por razões lógicas, como cada vez mais tem conquistado adeptos nas sociedades liberais, como que provando que novas bandeiras podem agora ser içadas após a derrocada do sonho dos socialismos puros. Mas regressemos ao tema central desta recensão: o imperialismo islâmico, pela pena do professor de estudos mediterrânicos do King’s College, em Londres, Efraim Karsh.

O autor começa por pôr em causa, precisamente, esse complexo pós-colonial que tanto jeito dá a determinados líderes muçulmanos, incapazes de fazer prosperar as suas sociedades. Contrariando a literatura que discorre sobre a natureza reactiva do Islão em relação ao Ocidente, o seu argumento sólido e assente em fontes originais, procura demonstrar que a história islâmica tem no seu âmago uma perspectiva não só universal do reino da fé como imperial na conquista do fiéis de Alá. Do profeta Maomé (632) recorre uma das máximas da sua doutrina, “combater todos os homens até que eles digam ‘não há outro deus senão Alá’”, mostrando que tanto a profecia como o seu ideólogo tinham tanto de religioso, como de político e militar.

Esta visão imperial do Islão cresce até à derrocada do Império Otomano, no final da Primeira Guerra Mundial. A implosão do califado e a secularização que Atatürk imprime ao agora Estado-Nação turco é também ele uma subversão ao espírito e à letra do Islão. Não é por acaso que a arma desta subversão nos nossos dias, o terrorismo fundamentalista, aponta como seus alvos todo e qualquer país, muçulmanos sobretudo, que encetem um caminho de secularização das estruturas do Estado, optem por reformas sociais e políticas de cariz ocidental ou tracem um rumo internacional cooperante com as democracias liberais. Esta concepção totalitária e revanchista contra aqueles que não seguem a visão radical do Islão, produz revoluções como a que pôs fim ao reinado do xá Reza Pahlavi no Irão (1979) e abriu caminho ao regime dos ayatollahs xiitas liderados por Khomeini. Precisamente sobre este, Efraim Karsh recupera uma das suas emblemáticas ideias, provando que a continuidade é evidente com um Islão imperial que entre o século VII e o fim do Império Otomano se sedimentou: “exportaremos a nossa revolução através do mundo... até que os ecos de ‘não há outro deus senão Alá e Maomé é o seu mensageiro’ sejam escutados por todo o mundo”.

Mas não só esta predisposição subversiva da ordem internacional se reflectiu na revolução islâmica iraniana. Se no plano estatal este caso foi emblemático do revanchismo que o reformista Reza Pahlavi provocou nos radicais – acicatado pelas suas ligações a países ocidentais –, o terrorismo islâmico, que teve nos ataques de 11 de Setembro o seu eco mais conseguido, vive da inspiração imperialista e totalitária que o Islão sempre traçou. Inspiração esta que reside na doutrina de Sayyid Qutb, um egípcio anti-Nasser que viveu nos Estados Unidos e revitalizou apenas aquilo em que há muito a tendência global do islamismo assentava: “o estabelecimento do reino de Alá, na Terra, a eliminação do reino do homem, a manutenção da soberania dos seus usurpadores e a sua restauração a Alá, a abolição das leis humanas e a implementação da lei divina (sharia), não podem apenas ser alcançadas através de sermões ou preces”. Por isso Alá estabele-

ceu “apenas uma causa para matar - onde não haja outro recurso - e ela é conduzida pelo propósito de Deus (jihad)” e imposto este dever sagrado a todos os muçulmanos, não como meio de conversão de indivíduos ou comunidades ao Islão, mas como a mais importante arma “para estabelecer a soberania de Alá na Terra” (p. 212).

Aqueles que nos anos cinquenta e sessenta desenvolveram toda esta doutrina, foram seguidos anos mais tarde pelos operacionais da al-Qaeda, expressão máxima hoje em dia da vertente totalitária e subversiva do Islão. Casablanca, Argel, Istambul, Londres ou Nova Iorque, com ou sem guerra no Iraque, com ou sem apoios à coligação que lhe deu início, foram já alvos dos terroristas. Aqueles que falam em “choque de civilizações” têm pouco em conta que foram e são porventura mais os confrontos intra-civilizacionais (ex. guerras na Europa; guerras étnicas e civis dentro no Médio Oriente) do que os que opõem civilizações ditas antagónicas. Por outro lado, seguindo o argumento da continuidade imperial do Islão proposto neste livro, o que assistimos é a uma retórica inflamada que não é seguida por todos os países muçulmanos, provando também que falar de “mundo árabe” é um erro e que nem todas estas sociedades defendem a subversão da actual ordem internacional em favor de uma universalidade islâmica, restauradora do califado medieval, da Andaluzia às Filipinas. Com ou sem Israel. Antes mesmo da breve passagem das potências ocidentais pela região, o que enfraquece desde logo a tese de um Ocidente opressor.

Este livro merecia tradução em Portugal. Primeiro, por desfazer um conjunto de mitos contemporâneos. Segundo, por ter na base uma linha que se recomenda: é frontal e academicamente sério.

Bernardo Pires de Lima